



Diário Oficial

Município de Vera Cruz - SP

ANO IV- EDIÇÃO N° 632

quinta-feira, 29 de abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE

LEI N° 3.144/2021, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre: “A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO, MORTE, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RODOLFO SILVA DAVOLI, Prefeito Municipal de Vera Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denomina Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Os benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos e são prestados aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Vera Cruz -SP, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Parágrafo único. Na comprovação das necessidades para concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.



Art. 3º São formas de benefícios eventuais:

I–auxílio funeral;

II - auxílio natalidade;

III - auxílio aluguel social;

IV – benefícios eventuais complementares para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária; e,

V – situações de calamidade pública

VI- auxílio alimentação

VII- auxílio Transporte

Art. 4º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência pode provocar riscos e fragilizar a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao estudo socioeconômico com parecer social.

§ 2º Poderão ser acumulados até 2 (dois) benefícios eventuais por família .

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DE RENDA PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 5º Para fins do disposto nesta lei:

I – considera-se renda familiar o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio;

II – renda familiar per capita é calculada dividindo-se o total de renda familiar pelo número de moradores de uma residência;



III - para cálculo da concessão do benefício será contabilizado a renda per capita de acordo com o salário mínimo federal vigente do ano.

IV- A base de calculo de renda per capita aplicada, será a contemplada na Loas (Lei Orgânica da Assistência Social)

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 6º Para a concessão de qualquer um dos benefícios eventuais, o interessado deverá cumprir as exigências descritas nesta lei.

Art. 7º O procedimento para caracterização do direito ao recebimento dos benefícios eventuais obedecerá a elaboração e/ou atualização no Cadastro Único pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em parceria com o Sistema de Saúde Municipal , sempre que necessário.

Parágrafo único. Caberá às equipes técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS - a emissão de parecer técnico pela concessão ou não dos benefícios.

CAPÍTULO IV

Seção I

Do benefício de auxílio funeral

Art. 8º O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em prestação de serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

§ 1º O alcance do benefício funeral, preferencialmente, será distinto em modalidades que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária, através do custeio das despesas que deverão cobrir urna funerária (modelo 1, urna sextavada, caixa, tampa e fundo em madeira, tampo em duratex, sem visor, alça dura, forração em papel nevado, babado em tecido, travesseiro solto, acabamento externo em verniz semi-brilho, Flor Artificial Crisântemo Branco, trajar o corpo, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de sala ou capela, isenção de taxas, traslado, dentre outros serviços inerentes.



§ 2º O município deve garantir a existência de atendimento em horário comercial, para o requerimento e concessão do benefício funeral, podendo este ser prestado diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente, em parceria com outros órgãos ou instituições.

§ 3º O benefício de auxílio funeral deve ter como referência o valor das despesas previstas neste artigo, não podendo ser superior a 1 (um) e 1/2 (meio) salário mínimo federal vigente.

§ 4º Para fazer jus ao auxílio funeral, o beneficiário não poderá possuir convênio de Assistência funeral.

Art. 9º Terá direito ao benefício eventual de auxílio funeral previsto nesta seção, o beneficiário, cuja família tenha como renda per capita igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo federal vigente, devendo a família ser cadastrada no CADÚNICO, bolsa família, auxílio emergencial e outros Programas Assistenciais.

Parágrafo único: O benefício funeral poderá ser contemplado parcialmente, sendo a avaliação realizada de acordo com a atual situação socioeconômica da família requerente.

Art. 10. São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – atestado de óbito;

II – comprovante de residência no município na data do óbito do “de cujus”

;

III – comprovante de renda de todos os membros da residência do “de cujus”

;

IV – carteira de identidade e CPF de todos os membros da residência do “de cujus”;

V – declaração de não ser beneficiário de qualquer tipo de seguro de vida;

VI – o requerente deverá comprovar que habitava na mesma residência e que era cônjuge, companheiro, filho, pai, mãe, tutor, curador ou que tinha a guarda legal do “de cujus”;

VII – se o “de cujus” era pessoa que residia sozinha, o requerente poderá ser o mesmo que declarar o óbito perante o Cartório de Registro Civil, devidamente identificada e que, em qualquer das situações, preencha o requisito do art. 9º desta lei.

Parágrafo único. Os casos não previstos passarão por análise pela equipe técnica da Assistência Social.



Art. 11. No caso do corpo não se encontrar neste Município, será garantido o limite de até 1 (um) e ½ (meio) salário mínimo federal vigente para custear seu traslado..

Parágrafo único. Não será permitido, em qualquer hipótese, que tal limite seja extrapolado.

Seção II

Do auxílio natalidade

Art. 12. O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de um membro da família.

§ 1º O alcance do benefício natalidade ocorrerá na seguinte forma, através de:

I – bens de consumo que consiste no enxoval do recém-nascido incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene com referência o valor das despesas de 1/5 (um quinto) do salário mínimo federal, fornecido após nascimento da criança;

II – atenções necessárias ao nascituro c,onforme serviços prestados pelo Sistema de Saúde Municipal;

III - apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido ,conforme serviços prestados nos Órgãos Municipais ;

IV – apoio à família no caso de morte da mãe , conforme serviços prestados nos Órgãos Municipais.

§ 2º O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até 40 (quarenta) dias após o nascimento, junto aos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Art. 13. São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – requerimento antes do nascimento da criança deve acompanhar a declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II – se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;



III – comprovante de residência, dos pais ou responsável pela criança, de no mínimo 6 (seis) meses no município;

IV – comprovante de renda de todos os membros familiares;

V – carteira de identidade e CPF do requerente;

VI – inclusão da família no Cadastro Único, no Bolsa Família, no Auxílio Emergencial ou outros Programas Assistenciais.

Parágrafo único. O benefício pode ser solicitado a partir do 7º (sétimo) mês de gestação até 40 (quadragésimo) dia após o nascimento.

Art. 14. É vedada a concessão de auxílio natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, “g”, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 15. Terá direito ao benefício eventual previsto nesta seção, o beneficiário que comprovar renda per capita de até 1/2 (meio) do salário mínimo federal vigente.

Seção III

Do auxílio aluguel social

Art. 16. O auxílio aluguel social será concedido através de benefício pecuniário por prazo determinado, denominado locação social, destinado ao pagamento de gastos com moradia às pessoas ou famílias que se encontrem em uma das seguintes situações:

- a) situações circunstanciais e/ou conjunturais, tais como, abuso e exploração comercial sexual;
- b) pessoas ou famílias em situação de rua;
- c) dependentes do uso e vítimas da exploração comercial de substâncias psicoativas, vítimas de abandono e desagregação familiar;
- d) vítimas de violência doméstica e familiar.
- e) situações circunstanciais e/ou conjunturas por força da natureza, tais como enchente, desmoronamento, entre outros, conforme parecer técnico da Diretoria de Obras e Serviços ou Secretaria de Governo e Administração.



§ 1º Nos casos de risco pessoal e social, o Auxílio Aluguel Social poderá ser concedido desde que esgotadas as possibilidades de imediato reatamento de vínculos familiares.

§ 2º É vedada a concessão do Auxílio para locação de imóvel a mais de um membro da mesma família, sob pena de suspensão do benefício, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º O auxílio aluguel social somente será concedido para custear locação neste Município, salvo determinação judicial.

§ 4º Nos casos de situação de risco de moradia a concessão do Auxílio Aluguel Social fica a cargo da Diretoria de Obras e Serviços, por meio de parecer técnico profissional exarado por esta área, bem como a cerca dos respectivos programas habitacionais existentes.

Art. 17. O aluguel social será concedido pelo período de 3 (três meses), prorrogáveis, uma única vez, por igual período, a critério dos técnicos de nível superior das equipes de referência que prestam serviços de proteção social.

Art. 18. O critério de renda para concessão de aluguel social será de até ½ salário-mínimo nacional vigente.

§ 1º Tem-se por renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pelos membros da família, considerando os maiores de 16 (dezesesseis) anos, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas sociais de transferência de renda e de benefícios assistenciais, bem como valor comprovadamente pago a título de contribuição previdenciária oficial.

§ 2º Não serão considerados para aferição da renda familiar os recursos financeiros próprios ou da família aos quais o solicitante não tenha acesso, mesmo que transitoriamente, sendo-lhe deferido o benefício previsto nesta lei enquanto a situação se verificar, observados os prazos estabelecidos.

Art. 19. Com a expressa concordância do locador e dos beneficiários, um mesmo imóvel poderá ser utilizado, solidariamente, por duas ou mais famílias que decidirem compartilhar a convivência, devendo ser indicado pelas famílias, apenas um titular responsável pelo recebimento.

Art. 20. O valor do Auxílio de Aluguel Social a ser custeado será de até ½ salário mínimo nacional vigente.

Art. 21. O pagamento às famílias e/ou pessoas será preferencialmente efetuado mediante depósito bancário, com a indicação de conta, ou com a emissão de cheque nominal ao beneficiário.

§ 1º A titularidade para o pagamento do benefício será preferencialmente concedida à mulher responsável pela família.



§ 2º O pagamento do benefício deverá ser realizado diretamente ao beneficiário ou excepcionalmente, conforme avaliação técnica do órgão responsável, ao locador.

Art. 22. Será vedada a concessão do benefício às famílias e/ou pessoas que:

I - tenham sido contempladas com moradia provisória, fornecida pela Administração Pública;

II - tenham dentre seus membros pessoa possuidora de imóvel residência, excetuando-se os imóveis os quais a família e/ou pessoa não tenha acesso, mesmo que transitoriamente.

Art. 23. A localização do imóvel, negociação de valores, contratação da locação e pagamento mensal aos locadores será de responsabilidade da titular do benefício, devendo a Administração prestar-lhe orientação e apoio que considerar necessários, de forma a viabilizar a correta utilização do benefício.

Parágrafo único. A administração pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual, por parte do beneficiário.

Art. 24. O benefício cessará, perdendo o direito a ele quando:

I - deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios que deram origem ao estabelecido nesta lei;

II - sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício;

III - descumprir qualquer das cláusulas do Termo de Responsabilidade, que será lavrado antes do pagamento do primeiro benefício mensal e do qual constarão os direitos e obrigações previsto nesta lei.

Parágrafo único. Em caso de denúncia à Administração Municipal, por parte do locador, a respeito de atraso ou inadimplência, constatada a veracidade da informação, o beneficiário terá o Auxílio Aluguel Social imediatamente suspenso, até que o pagamento seja regularizado.

Seção IV

Benefícios eventuais complementares por vulnerabilidade social temporária

Art. 25. Os Benefícios Eventuais Complementares por vulnerabilidade temporária são:

I – auxílio alimentação;

II – auxílio viagem



;
III – auxílio fotografia;

IV - auxílio transporte coletivo.

Art. 26. O Auxílio alimentação consiste no fornecimento de cesta básica em caráter emergencial, a ser concedida pelo período de até 3 (três) meses, prorrogáveis por mais 3 (três) meses, mediante prévio e favorável parecer técnico de assistente social e/ou psicólogo da equipe de referência dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e se destinará a suprir as faltas advindas da impossibilidade do indivíduo arcar com a sua sobrevivência ou de sua família, caracterizando-se suporte para reconstruir sua autonomia no momento de vulnerabilidade e de risco social e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

I - desemprego, morte e ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;

II - no caso de emergência e calamidade pública;

III - grupos vulneráveis.

Art. 27. O Auxílio Viagem se constitui em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em passagem, por meio terrestre e/ou aérea, de forma a garantir ao cidadão e as famílias condições dignas de retorno à cidade de origem, em situação de doenças ou morte de parentes ascendentes ou descendentes em outras cidades ou quando crianças ou adolescentes estão em situação de ameaça à vida.

I - passagens aéreas serão concedidas mediante prévio e favorável parecer técnico de assistente social e/ou psicólogo das equipes de referência do CRAS ;

II - o alcance do benefício auxílio viagem é destinado às famílias e será, preferencialmente, concedido passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais e/ou aéreas em uma única vez no ano.

Art. 28. O Auxílio Fotografia para documentos será concedido para:

I - Carteira profissional;

II - Carteira de Registro de Identidade.

Art. 29. O Auxílio transporte coletivo municipal e intermunicipal para locomoção de usuários dos serviços sócio assistenciais, , será concedido para:

I - participar de programas e projetos da rede de equipamentos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;



II - inserção no mercado de trabalho.

Parágrafo único. As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e afetos no campo das áreas de saúde, educação, cultura, esporte e demais políticas setoriais, não se incluem no auxílio transporte coletivo da assistência social.

Art. 30. Terá direito ao benefício eventual previsto nesta seção, o beneficiário que comprovar renda per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo federal vigente.

Seção V

Das calamidades públicas

Art. 31. Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, alagamentos, inversão térmica, desabamento, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

Art. 32. Enquadra-se como medida emergencial a concessão dos seguintes benefícios eventuais:

I – abrigos adequados;

II – alimentos e material de higiene pessoal e doméstica;

III – cobertores e colchões.

Parágrafo único. No caso de calamidades, situações de caráter emergencial, devem ser realizadas uma ação conjunta das políticas setoriais municipais, no atendimento aos cidadãos e as famílias beneficiárias.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO, CONCESSÃO E COMPETÊNCIAS

Art. 33. A gestão administrativa e financeira do Benefício Eventual é de competência do órgão gestor municipal de assistência social, entretanto a concessão do benefício eventual ao usuário deve ser realizada na unidade descentralizada de Proteção Social Básica e Especial – CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.



Art. 34. A família ou a pessoa deverá estar ou ser cadastrada no Cadastro único na concessão dos benefícios eventuais.

Parágrafo único. Para os benefícios em Situação de Calamidade Pública será adotado a elaboração de ficha social específica na concessão do benefício.

Art. 35. Cabe ao órgão gestor:

I – atualizar a regulamentação dos Benefícios Eventuais de acordo com as novas regras, com a participação do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS e da equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS .

II – destinar recursos para custeio dos benefícios eventuais;

III – a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu funcionamento;

IV – a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação ou redução da concessão dos benefícios eventuais;

V – expedir e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

VI - capacitar à equipe técnica;

VII – estabelecer fluxo de informações, atendimento e registro das concessões;

VIII – elaborar e manter atualizado e de fácil acesso relatórios mensais;

IX – realizar monitoramento e avaliação dos Benefícios Eventuais concedidos;

X – As despesas decorrentes com os benefícios eventuais deverão constar na Lei Orçamentária do Município, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, a cada exercício financeiro.

Art. 36. Os órgãos, bem como a monitora social, serão responsáveis pela definição ou indicação das famílias a serem beneficiadas, poderão determinar, a qualquer tempo, visita de técnico à residência ou requerer a apresentação de documentos adicionais para comprovação das condições que deram origem ao benefício, ou ainda adotar quaisquer outras providências necessárias à correta aplicação dos recursos utilizados pelas famílias beneficiárias.

Art. 37. Ao beneficiário ou servidor público que concorra em ato ilícito, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que deva produzir efeitos perante esta regulamentação, aplicar-se-á multa correspondente ao dobro dos valores dos benefícios ilegalmente pagos, corrigidos monetariamente pelo mesmo índice utilizado para correção dos tributos municipais ou outro que vier a ser substituí-lo,



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DE VERA CRUZ

ANO IV - EDIÇÃO Nº 632

quinta-feira, 29 de abril de 2021

sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

Art. 38. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao órgão gestor informações sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais, bem como avaliar e reformular, a cada ano, os benefícios eventuais.

Art. 39. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 40. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vera Cruz, 29 de abril de 2021

RODOLFO SILVA DAVOLI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Diretoria de Administração em 29/04/2021

DENIS GUERREIRO BERNARDES

DIRETOR ADMINISTRATIVO



ANEXO ÚNICO

Ilmo (a) Senhor (a)

Diretoria Municipal de Promoção Social

Eu, _____,

Estado Civil _____, RG: _____,

Residente e domiciliado na cidade de _____,

Rua: _____, nº _____, Bairro:

_____, venho requerer a Vossa Senhoria, de acordo com a Lei Municipal nº

_____/_____, de ____/____/____ que me conceda o benefício eventual na modalidade

abaixo indicada:

I - Auxílio Natalidade ()

II - Auxílio Funeral ()

III - Auxílio para situações de Vulnerabilidade Temporária ()

IV – Auxílio para situações de Calamidade Pública ()

V – Auxílio Aluguel Social ()

A documentação apresentada exigida pela foi devidamente apresentada e analisada por profissional que compõe a equipe de trabalhadores do CRAS/CREAS da Prefeitura Municipal de Vera Cruz

Nestes termos,

Peço Deferimento.

Vera Cruz -SP, ____ de _____ de _____.

Assinatura



LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ/SP

Extrato de Edital

Encontra-se retificado, na Prefeitura Municipal de Vera Cruz/SP, o Edital nº 012/2021, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2021, SOB REGIME DE MENOR PREÇO UNITÁRIO, objetivando Registro de preços para aquisição de tubos de coleta de sangue pelo período de 12 meses.

As propostas poderão ser encaminhadas a partir do dia 30/04/2021, às 00h01, até o dia 12/05/2021, às 12h00, pelo site <https://bllcompras.com>. O início da sessão de disputa de preços será dia 12/05/2021, às 13h00.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites: <https://bllcompras.com> e www.veracruz.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (0xx14) 3492-3710 ou e-mail "licita.prefeitura@veracruz.sp.gov.br".

Vera Cruz/SP, 28 de abril de 2021.

Rodolfo Silva Davoli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº 008/2021

Processo Licitatório nº 019/2021

Desta forma, **RATIFICO** o processo de dispensa de licitação e **AUTORIZO** a contratação de serviços especializados de consultoria tributária, para o gerenciamento e desenvolvimento do departamento de tributos, capacitação de servidores pela arrecadação e fiscalização dos impostos sobre ISSQN, conferência de notas, monitoramentos dos prestadores do serviço no município, assim como no cumprimento das obrigações principais e acessórias, quanto as normas para retenção dos tributos federais. Emissão de relatórios apoio a gestão pública para melhor eficácia de arrecadação, com a contratação da empresa **PAGAMISSE ASSESSORIA FISCAL E TRIBUTARIA LTDA**, que apresentou a proposta mais vantajosas ao Município de Vera Cruz/SP, totalizando o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), estando o referido valor de acordo com preços praticados no mercado, consoante se observa da cotação outrora realizada, com dispensa do processo licitatório, uma vez enquadrada à hipótese em comento nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14133/2021.

Vera Cruz, 29 de abril de 2021.

Rodolfo Silva Davoli

Prefeito Municipal